

## **Vida e morte do bandeirante: história e afeto do passado de São Paulo\***

*Vida e morte do bandeirante: history and affection in São Paulo's past*

*Franco Della Valle*

*Mestre em História Social pela  
Universidade de São Paulo  
francodvalle1@gmail.com*

**Resumo:** *Vida e morte do bandeirante*, livro publicado por Alcântara Machado em 1929 é, normalmente, caracterizado como inovador, pois, com base em documentos, analisou o cotidiano de pessoas simples, comuns, deixando de lado a narrativa épica e heroica das bandeiras paulistas. É associado, também, à cristalização e à utilização política da simbologia bandeirante paulista, que associa a população de São Paulo às qualidades de arrojo, tenacidade e trabalho, a fim de diferenciá-la do restante do país. Fugindo à dicotomia “detratores *versus* apologistas” dessa simbologia, o presente artigo procura ressaltar outro lado da obra de Alcântara Machado, na qual a forma da narrativa permite que os leitores identifiquem-se com o livro e com o passado da cidade de São Paulo.

**Palavras-Chave:** História de São Paulo, História Intelectual, Bandeirantes.

**Abstract:** *Vida e morte do bandeirante*, book published by Alcântara Machado in 1929, is usually characterized as ground-breaker because, based in documents, he analyzed the daily life of simple people, leaving aside the epic and heroic narratives of the “bandeiras paulistas” (settlers in São Paulo). The book is also associated to the crystallization and political use of the symbology of the “bandeirante paulista”, which associates São Paulo’s population to the qualities of boldness, tenacity and work, in order to set them apart of the rest of the country. Leaving aside the dichotomy “detractors *vs* apologists” of this symbology, the present paper seeks to highlight another aspect of Alcântara Machado’s book, in which the narrative allows the readers to identify themselves with the book and with the past of the city of São Paulo.

**Keywords:** History of São Paulo, Intellectual History, Bandeirantes.

\* O presente artigo é o resultado da discussão de algumas questões levantadas na dissertação de mestrado do autor, *Vida e morte do bandeirante: Alcântara Machado e a produção da história paulista*, FFLCH – USP, defendida em abril de 2015.

## Bandeirantes e(m) São Paulo

112

Bandeiras e bandeirantes são assuntos presentes na rotina dos paulistas: avenida e rodovia dos Bandeirantes, rodovia Fernão Dias, rodovia Anhanguera, estátua de Borba Gato, etc. Embora nem sempre seja percebido, já que essas referências foram naturalizadas e até mesmo banalizadas; os bandeirantes têm um longo percurso de significações na historiografia paulista. No século XVII, cronistas jesuítas, tais como Dias Taño, Montoya e Charlevoix, fixaram uma imagem negativa dos bandeirantes paulistas, ressaltando seus atos de barbárie no arrasamento das missões jesuíticas para escravizar os indígenas (FERRETTI, 2007: 15). Por outro lado, no século XVIII, autores, como Pedro Taques de Almeida Paes Leme e frei Gaspar da Madre de Deus, ambos paulistas, procuraram demonstrar a grandeza dos bandeirantes, sua pureza de sangue, sua bravura, suas conquistas, sua filiação à fidalguia portuguesa, contrapondo-se, assim, à imagem negativa descrita pelos jesuítas (FERRETTI, 2007: 16). Já no século XX, com a decifração e a publicação de documentos, relacionados à cidade e ao estado de São Paulo (Atas da Câmara, Registro da Câmara e Inventários e Testamentos), a produção da história paulista foi impulsionada, agora calcada em documentos oficiais. Novamente, as bandeiras e os bandeirantes foram objetos principais de diversos estudos, conforme atestam a produção de Afonso d'Escragolle Taunay, Alfredo Ellis Junior e José de Alcântara Machado d'Oliveira. O patrocinador da popularização desses documentos antigos foi Washington Luís, também ele um interessado em história, quando foi prefeito da cidade e, depois, presidente do estado de São Paulo. Sua importância para esse “surto” de publicações de obras sobre a história paulista pode ser medida pelas dedicatórias, agradecimentos e menções ao seu nome.

Para além de uma querela historiográfica, o personagem histórico bandeirante transformou-se em símbolo, ao qual foram agregadas diversas qualidades, como arrojo, independência, tenacidade, etc. Representações, tais como a propalada modernidade paulista, a riqueza do estado, a sua industrialização, a especificidade de sua população, têm um fundo comum, calcado na simbologia bandeirante. Assim, para Maria Isaura Pereira de Queiroz:

*Ser paulista*, manifestação de uma coletividade geograficamente localizada, se exprime através de uma figura mítica, a do bandeirante; feitos do passado definem a este, quando conquistou para a Coroa

portuguesa o imenso interior brasileiro, caracterizando-se então pela audácia, pelo desejo imoderado de conquista, pelo sentimento de independência, pela vocação de mando, pela lealdade – “raça de gigantes” disse já um historiador (1992: 79, grifos do original).

A demonstração de antiguidade de estirpe em terras paulistas, localização do nome de família em genealogias, enfim, mostrar-se herdeiro das virtudes bandeirantes passou a ser um trunfo de distinção para diversas figuras públicas, tanto para se diferenciarem dos “novos” paulistas, tais como a imensa massa de imigrantes que então habitava a cidade de São Paulo, como também dos demais habitantes do Brasil. Certamente que a ostentação dessas virtudes, mais precisamente a especificação de linhagens, não tem um sentido unívoco: em determinadas situações específicas, o que funcionava como trunfo positivo de distinção para alguns, representava a marca do arcaico para outros. Trata-se, como fundamenta Pierre Bourdieu, de casos de inversão perfeita, “em que o título de nobreza de um pode se tornar marca de infâmia para o outro” (2011: 32).

A cristalização e a utilização da simbologia bandeirante, ainda mais para a justificativa de interesses políticos da elite cafeeira é assunto bem estudado (ABUD, 1985; QUEIROZ, 1992; FERREIRA, 1992; BLAJ 2000). Em resumo, Ilana Blaj salientou que, “para esse período, o que estava em jogo nessas produções era a preocupação de justificar o poder de São Paulo no contexto da riqueza cafeeira no âmbito da República Velha, o que pressupunha um relacionamento com os outros estados e a luta pela hegemonia nacional” (BLAJ, 2000: 240). São Paulo era representado como um exemplo de modernidade e riqueza. No extremo, apresentava-se como um modelo a ser seguido e impunha-se como condutor. Uma dicotomia, porém, decorre dos estudos sobre obras da história de São Paulo, elaboradas na primeira metade do século XX: normalmente, o autor analisado ou é considerado um apologista do símbolo bandeirante e, por isso, sua produção de história servia a interesses políticos, ou era um renovador, voltando-se contra essa situação e denunciando a crueldade relacionada a esse personagem histórico. Essa dicotomia foi erigida como problema de historiografia já nos anos 60, pois, na visão de Ernani Silva Bruno, o bandeirante nem somente era um escravizador de índios, nem somente uma raça de gigantes. Para o referido autor, “é necessário que se ponha de lado (...) tanto a afirmativa, por exemplo, de que o bandeirante era um sórdido explorador do bugre, como aquela outra, oposta, de que ele pertencia a

uma raça de gigantes” (BRUNO, 1966: 6). Como estava em jogo a análise de uma simbologia que se prestava a fins políticos, alguns estudos circunscrevem autores em posições coerentes com seu estrato social, ou seja, apreendem suas obras como mera decorrência da ideologia do grupo social e político a que pertencem. Mas, circunscrever o estudo da obra de um intelectual apenas pela medição da infiltração de ideologias políticas, acaba por ignorar diversas outras questões relacionadas às possibilidades da produção e recepção de obras de história nos anos 1920. Um caminho de análise, proposto por esse artigo, é compreender como a forma de narração atinge os leitores de um trabalho de história específico, ainda mais quando essa narrativa resgata aspectos de um passado relativamente simples e pobre de uma cidade quando o seu presente está em efervescente modificação.

José de Alcântara Machado d’Oliveira (1875-1941), doravante Alcântara Machado, foi um escritor, advogado, professor, político e autor de *Vida e morte do bandeirante*, publicado em 1929. Em boa medida, sua figura pública era calcada em uma propalada antiguidade de sua família em terras paulistas. Em discursos políticos e na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da qual foi professor e diretor, Alcântara Machado, normalmente, referia-se às virtudes bandeirantes e aos seus antepassados, apostando nelas como trunfo de distinção pessoal. Por isso, considerando que nos anos 20 a simbologia bandeirante era também alimentada por estudos de história e, que o autor calcava sua figura nessa simbologia, *Vida e morte do bandeirante*, certamente, seria tomado como mais um escrito, contendo apenas elogios aos bandeirantes, caracterizado apenas por suas qualidades. A própria dedicatória do livro indicava esse caminho interpretativo: “Para minha mulher/ meus filhos/ minha nora/ meus netos/ paulistas como eu/ e os meus antepassados/ desde Antônio de Oliveira / chegado a S. Vicente em 1532” (OLIVEIRA, 1929: 3). Mas, logo no início, o autor menciona uma intenção diferente, que seria estudar o cotidiano, a vida privada dos bandeirantes por meios dos seus inventários e testamentos. Afastava-se, assim, e de forma deliberada, da narrativa da vida de heróis e de grandes feitos. Para ele:

Reduzir o estudo do passado à biografia dos homens ilustres e à narrativa dos feitos retumbantes seria absurdo tão desmedido como circunscrever a geografia ao estudo das montanhas. Conflitos externos, querelas de facções, atos de governo estão longe de constituir a verdadeira trama da vida nacional. Não passam de incidentes; e, o que é mais, são o produto de um sem número

de fatores ocultos que os condicionam e explicam. O conhecimento do que o homem tem realizado no combate diuturno que desde as cavernas vem pelejando para melhorar-se e melhorar o meio em que vive, tal o objetivo essencial da história. Como poderemos atingi-lo, se concentrarmos toda a atenção em meia dúzia de figuras, esquecendo o esforço permanente dos humildes, a silenciosa colaboração dos anônimos, as ideias e os sentimentos da multidão (OLIVEIRA, 1929: 5).

Mas, não obstante, o livro trata dos bandeirantes, daqueles erigidos como valorosos antepassados do próprio autor. Conciliando – até mesmo de forma instintiva – a lenda negra com a lenda dourada, Alcântara Machado tratou de forma irônica as passagens dos documentos utilizados como fontes que repugnavam os paulistas dos anos 20. O problema maior era tratar da escravidão e do extermínio dos índios levados a cabo pelos bandeirantes, mas outros pontos menos nobres da biografia desses heróis também foram ressaltados, tais como mesquinharia e hipocrisia (tratados, obviamente, de forma anacrônica, já que julgados pela escala de valores do momento da escrita do livro). A ironia desempenhou, assim, um papel importante na construção da narrativa, pois esfumaçava a crítica direta e não permitia uma resposta, uma réplica. Realçava ainda mais a figura pública do autor, pois a autoironia é sinal de pertencimento ao grupo dos herdeiros dos bandeirantes. Apenas a um herdeiro, desses então heróis, era dado fazer observações irônicas. Não se deve encarar isso como uma postura cínica do autor ou mesmo reduzir sua atitude apenas a um mero alinhamento à “ideologia” da elite paulista. Pelo contrário, considerando justamente sua posição social nesse grupo é que se notam os limites e os constrangimentos que atuam quando se colocava a criticar o que então era um dos pilares da própria representação de si, de sua figura pública. A necessidade de criticar a simbologia bandeirante talvez nem se pusesse como dilema aos intelectuais que, nos anos 20, tratavam da história paulista. Assim, embora não criticasse frontalmente essa simbologia, Alcântara Machado garantiu ao seu livro uma sobrevida na categoria “obras de história”, pois, tratando dos homens comuns, afastando-se dos heróis, aproximou-se do que depois seria um dos cânones da historiografia acadêmica. Nesse sentido, há diversos estudos que o consideram um pioneiro (DAVIDOFF, 1982; MELLO, 2010).

## Alcântara Machado e São Paulo

O estudo dos chamados “homens comuns” e a percepção de que Alcântara Machado criara algo novo foram potencializados pela forma dada à narrativa do seu livro. O autor narrou um passado unívoco e específico, descreveu a pobreza da vida dos bandeirantes se comparadas com a agitação e a constante modificação da cidade de São Paulo dos anos 20. Trata de um passado longe do momento da escrita, mas presente na percepção do que São Paulo significava, como algo diferente do restante do país. Para o público leitor de *Vida e morte do bandeirante*, já acostumado com uma cidade cosmopolita, pensada pela intelectualidade como um espaço da modernidade, a descrição dos tempos “antigos”, versada no cotidiano e não apenas em batalhas e figuras importantes, permite a comparação de duas cidades distintas: uma antiga e pacata, marcada pelo som do carro de boi e pelos sinos das igrejas e, outra, que teve uma violenta alteração física e, em sua configuração, nas duas primeiras décadas do século XX. A comparação era possível na década de 20, já que existiriam pessoas que, possivelmente, lembravam-se de uma cidade menos agitada, populosa e urbanizada. Na verdade, como diz Nicolau Sevcenko, São Paulo:

Não era uma cidade nem de negros, nem de brancos e nem de mestiços; nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem americana, nem européia, nem nativa; nem era industrial, apesar do volume crescente das fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café; não era tropical nem subtropical; não era ainda moderna, mas já não tinha passado (1992: 31).

Com isso, não se pretende desqualificar a noção de história e a proposição feita por Alcântara Machado logo no início do seu livro, no sentido de que, apenas com a investigação dos costumes, é que se poderia entender as possibilidades de atuação dos paulistas antigos. Sua premissa procede, mas o texto que a ela se segue deve ser modulado, de acordo com o possível efeito exercido sobre os leitores. O autor narra, quase como a descrição de um cenário ou uma pintura, o espaço em que se movem os personagens de que trata, instigando a imaginação dos leitores. E arremata com uma invocação afetiva:

Pelas vielas do povoado, ou através das lavouras, deslizam sombras. Rebanhos trágicos de negros da terra ou da Guiné. Mamelucos madraços e atrevidos. Potentados de grande séquito, cheio de rudeza e gravidade, que passam e de repente desaparecem, tragados pelo sertão. Desses fantasmas, humildes ou altaneiros, não distinguimos a fisionomia, tão largo é o espaço que nos separa. Mas, apesar da distância, ouvimos o que dizem e sabemos o que sentem. Viver alguns instantes com os mortos de que vimos, entre as cousas que os cercavam, é a volúpia a que nos convidam essas folhas rebarbativas, desmanchadas em poeira ou mosqueadas de bolor [os inventários e testamentos] (OLIVEIRA, 1929: 12).

Essa forma de empolgar o leitor pode ser explicada, em parte, pelo fato de Alcântara Machado ter sido aluno da Escola Neutralidade, de João Kopke, no curso primário, no final do século XIX. Em 1916, na *Revista do Brasil*, Kopke atacou duramente o livro *Minha terra e minha gente*, de Afrânio Peixoto, “destinado ao ensino de Educação Moral e Cívica nas escolas primárias” (LUCA, 1999: 94). De acordo com a descrição de Tânia Regina de Luca:

Kopke questionava o estilo da obra, caracterizado como frio, seco, concentrado, fleumático e despido “... do calor narrativo, capaz de emocionar, e, através da emoção despertada, afetar o leitor juvenil, produzindo-lhe no coração e na mente impressões, que assegurassem o êxito do fim proposto ao livro, isto é, inspirar o zelo pela pátria como terra e nação” (1999: 94).

Sabe-se que *Vida e morte do bandeirante* não fora escrito para o público de escola primária, e que, tampouco, tinha como finalidade despertar nos adolescentes zelo pela nação. Mas não se pode negar que, ao escrever o livro, Alcântara Machado, fixando de forma impressionante os detalhes do cenário em que se moviam os paulistas antigos, tenha levado em conta as palavras de seu velho professor. Em determinados momentos da narrativa é necessário que o leitor tenha o mesmo modo de percepção do mundo e partilhe referências até mesmo afetivas sobre a cidade de São Paulo: “Lembre-se alguém de oferecer agora duas escopetas ou três colchões, em troca de um metro quadrado de terreno naquele ponto!” [Rua Direita] (OLIVEIRA, 1929: 23). Ou ainda outro exemplo nesse sentido: “Lembram-se daquela casa térrea de dois lanços que, não faz muitos anos, em plena Rua Direita, escandalizava com seus ares caipiras os palácios vizinhos de três e

quatro pavimentos e rutilantes vitrinas? Lembram-se, com certeza” (OLIVEIRA, 1929: 40). A certeza da lembrança é um indicativo de que o autor sabia bem quem seria o público do seu livro. No capítulo sobre o povoado, Alcântara Machado estuda a nomenclatura antiga das ruas do que hoje constitui o centro velho da cidade, indicando que os nomes oficiais baseavam-se nos costumes, que levavam em consideração elementos, tais como o nome de um morador conhecido do local, a direção para qual igreja a rua levava, um edifício público, etc. Assim, por exemplo, a atual rua Direita, originalmente, era chamada de “à direita que vai para Santo Antonio, rua da direita da Misericórdia para Santo Antonio, rua direita de Santo Antonio”, etc. (OLIVEIRA, 1929: 30). Noutras passagens, a descrição da simplicidade da cidade dá lugar a gracejos em sua caracterização: “Não custa muito evocá-la em seu desprimor e tristeza. Já lhe faltam a pimponice e a frescura das povoações recém-nascidas. Falta-lhe ainda a poesia das cidades anciãs” (OLIVEIRA, 1929: 39). A explicação que dá para essa tristeza refere-se à supremacia do campo sobre a cidade, ou seja, destaca a importância dos sítios e fazendas como centro produtor e de trabalho em detrimento da cidade, para onde vai o fazendeiro apenas para concluir negócios ou acompanhar procissões e festas religiosas. Já a descrição do interior de uma casa paulistana tem ares de uma cena de uma representação teatral ou um antigo filme. O autor apresenta-se como um guia – autorizado, diga-se de passagem – da imaginação dos leitores:

118

Aproveitemos, porém, a ausência do chefe da família, partido para o sertão ao serviço de Sua Majestade, no descimento do gentio ou no descobrimento de metais e pedras preciosas; e, como a mulher e os filhos estão longe também, no sítio da roça, penetremos, abafando os passos, num desses casarões sorumbáticos da vila adormecida. Escolhamos para o nosso inquérito um prédio de boa aparência. Pouco nos interessam as pousadas onde pousa a gente somenos: não varia no tempo e no espaço o espetáculo da miséria humana. O que nos aguça a curiosidade é o ambiente em que se move a aristocracia da colônia. Entremos. À claridade que o crivo das rótulas atenua e tamisa, as paredes brancas de destacam e se desdobra o tabuado largo dos salões. Que desconforto e pouquidade! (OLIVEIRA, 1929: 52).

A citação é longa, porém necessária para demonstrar como o autor lida com a narrativa do passado, com os meios de tornar esse passado palatável aos leitores e despertar neles sentimentos de pertencimento, afetividade ou mesmo de unidade.

A função comparativa contida em *Vida e morte do bandeirante* assume, em determinados momentos, um viés a-histórico, porque compara os antigos colonos paulistas com a realidade dos anos 20: eles são medidos com uma régua que faz sentido no início do século XX. Ao fazer perguntas e, praticamente, ridicularizar determinadas atitudes dos paulistas dos séculos XVI, XVII e XVIII, Alcântara Machado conta uma história que já passou, um passado posto à distância. Envolve o leitor em seus argumentos por meio da linguagem, que é quase uma conversa, pontuada por interrogações e reticências. Ele ri desse passado e convida o leitor a fazer o mesmo, como em uma conversa de amigos. Cria-se um clima de intimidade, seja pelo assunto estudado (interior da casa dos bandeirantes, suas vestimentas, etc.), seja pela forma dada à narrativa. Guardadas as diferenças, cabe para *Vida e morte do bandeirante* a análise que Ricardo Benzaquen de Araújo fez a propósito de *Casa-grande & senzala*, no sentido de compreender que essa “conversa informal” decorre de um “esforço no sentido de reanimação de alguns dos valores do passado” (2009: 206). Coisa que a frieza de um tratado científico – mesmo aqueles embasados nas teorias raciais então em voga – não tem. Com efeito, comparado com os livros de Alfredo Ellis Junior e Afonso Taunay, que escreveram na mesma época sobre o passado de São Paulo, *Vida e morte do bandeirante* diferencia-se pela forma da sua narrativa. O assunto é semelhante, mas tratado de maneira a produzir a identificação do leitor com o passado. Ao deixar de lado a descrição de grandes bandeiras, os detalhes do itinerário das expedições e privilegiar o cotidiano dos paulistas, as coisas “miúdas” das vidas de personagens não conhecidos, o autor possibilita que o leitor compare tais descrições com as experiências de sua própria vida. A participação em uma bandeira ou no apresamento de índios não são fatos passíveis de comparações no nível da experiência do leitor. Já a descrição dos diversos tipos de roupas e utensílios domésticos, a localização e a denominação das antigas ruas ainda existentes no século XX, a caracterização da “personalidade” da cidade, o modo como se curavam os doentes, como eram realizados os enterros e funerais, induzem comparações e, até mesmo, relações de afetividade com aquele passado simples e pobre de São Paulo. No seu livro, publicado em 1920, *São Paulo nos primeiros tempos*, Taunay já havia descrito a pobreza do mobiliário paulistano e a “falta de utensílios mezinhos à vida civilizada” (2004: 158). Em outras passagens, destaca o material e o preço de roupas e calçados, descreve a construção de edifícios públicos e templos, etc. Aproxima-se, assim, do que Alcântara Machado faria depois. Diferenças, porém, afastam os livros e preservaram a ideia de pioneirismo de *Vida e morte do bandeirante*. Primeiro, porque *São Paulo nos*

*primeiros tempos* não é o principal livro de Taunay, que escreveu a *História das bandeiras paulistas* a partir de 1924 em diversos volumes. Nesta obra, o autor destaca a história épica das bandeiras: heróis, expedições e atos grandiosos são seu objeto principal. Segundo, porque a descrição da pobreza e a simplicidade da vida na então vila colonial não é o objetivo principal de Taunay. Por fim, a forma narrativa é completamente diferente. Alcântara Machado vale-se de uma escrita mais simples, curta e irônica, faz a construção de verdadeiras imagens do passado que sensibilizam o leitor. Dividiu seu livro em diversos capítulos e cada um deles corresponde a um aspecto da vida cotidiana: “O que dizem os inventários”; “As fortunas coloniais”; “O povoado”; “O sítio da roça”; “O mobiliário”; “A baixela”; “Fato de vestir, joias e limpeza da casa”; “Educação e cultura”; “Médicos, doenças e remédios”; “A justiça”; “O dinheiro e os sucedâneos”; “A família”; “Índios e tapanhunos”; “As devoções dos bandeirantes”; “Em face da morte”; “O sertão”. Taunay, ao contrário, faz comentários sobre os documentos antigos em ordem cronológica e acaba por ser repetitivo em alguns momentos. Entende-se, então, o porquê de Capistrano de Abreu ter comentado sobre essa obra de Taunay, em carta a João Lúcio de Azevedo: “A narrativa dá-se uma lembrança extravagante. Imagino uma lavadeira a quem entregam um saco de roupas suja [sic]. Abre o saco, põe as peças para fora, conta-se e dá tudo por lavada” (*apud* AMED, 2006: 196).

120

A invocação da afetividade dos leitores com o passado de sua cidade – independentemente de ser ou não um procedimento calculado – não é em si uma novidade criada por Alcântara Machado. Na verdade, ele se insere numa espécie de literatura já então existente. Como exemplo, pode-se citar Antônio Egídio Martins (1860-1922), funcionário do Arquivo Público de São Paulo, que publicou seu livro sobre o passado paulista em 1911 (1º volume) e 1912 (2º volume), contendo a reunião de diversos artigos de jornais, escritos de 1905 a 1910. O autor firmou-se como “o mais fidedigno cronista de São Paulo pela minudência e segurança de seus escritos, apesar dos períodos intermináveis, da sintaxe por vezes desordenada e dos acumulamentos (sic) neles presentes” (GASPAR, s.d.: 37). O livro contém a evocação de lugares antigos, tais como o matadouro municipal, chafarizes de água, quarteis, etc.

A observação de Ana Claudia Veiga de Castro, embora feita para algumas crônicas de Menotti del Picchia a respeito de São Paulo nos anos 20, pode ser aplicada ao livro de Alcântara Machado e aos de Antônio Egídio Martins. Trata-se de perceber que a descrição de um passado não desenvolvido ressalta ainda mais a noção de modernidade e trabalho de construção de uma cidade cosmopolita (CASTRO, 2008: 127). Essa

descrição da “história de um povo” funciona como elogio, mesmo que indireto, pois inculca a ideia de que o progresso e a riqueza existentes nos anos 20 foram fruto exclusivo do “trabalho árduo”, das “obras” e “privações da população paulista”, que, portanto, merece a posição de destaque pretendida e promovida por São Paulo na Primeira República. É por isso que Medeiros e Albuquerque, em sua resenha sobre *Vida e morte do bandeirante*, afirmou: “Ele nos mostra como os homens de outros séculos, que fizeram a grandeza de S. Paulo, viviam” (1929:14). O mesmo se pode falar do livro *São Paulo antigo*, de Paulo Cursino de Moura (1954), que, além das evocações de lugares não mais existentes, de uma cidade bucólica, ainda trazia uma edição mais caprichada, com fotografias e mapas antigos da cidade de São Paulo. Segundo Byron Gaspar, o livro de Moura “nada mais fez do que reescrever, em bom português e agradável estilo, de fácil leitura, umas tantas informações contidas em São Paulo Antigo, mormente no que respeita à nomenclatura das ruas” (s.d.: 9).

Outros relatos, versados na forma de memórias, também fizeram sucesso pela possibilidade de um contraste entre o antigo e o moderno, entre uma cidade simples e pobre e uma “metrópole” rica. Nesse viés, se podem enquadrar as memórias de Maria Paes de Barros, *No tempo de dantes* (1998). Trata-se de um relato publicado originalmente em 1946, quando a autora tinha 94 anos de idade. O prefácio é de Monteiro Lobato e a introdução de Caio Prado Junior. A narrativa compõe o cenário em que se desenvolveu a vida da autora, ou seja, São Paulo, incluindo o aspecto da cidade, como era uma viagem até o litoral, as viagens às fazendas de seu pai, a relação da família com os escravos etc.

No caso da cidade de São Paulo, há, para além dos gêneros dos livros acima citados, uma comparação visual, produzida por Militão Augusto de Azevedo (1837-1905). Pioneiro na fotografia, Militão produziu um álbum comparativo com fotos da cidade de 1862 e 1887. O próprio anúncio do álbum indicava seu objetivo: mostrar o progresso da cidade:

Álbum comparativo de vistas da cidade de S. Paulo 1862/1887 – contendo 60 vistas fotográficas de tamanho 17/22 cm em um álbum nitidamente encadernado e impresso com os dizeres de todas as vistas, sendo elas de igrejas, edifícios públicos, largos, jardins, ruas e arrabaldes em 1862 e 1887, mostrando assim o grande progresso da capital (AZEVEDO, 2012: 20).

Não foi coincidência o fato de as fotografias de Militão terem sido recuperadas, e sua autoria creditada, em 1914, quando o fotógrafo Aurélio Becherini foi contratado pela municipalidade para a realização de um álbum sobre as transformações pelas quais a cidade passou. Becherini produziu negativos em vidro das fotografias de Militão, que foram adquiridos pela Prefeitura de São Paulo, então ocupada por Washington Luís. Outros álbuns foram produzidos no mesmo sentido. Denota-se, assim, o esforço do poder público municipal em resgatar e produzir a história paulistana, inclusive por meio de imagens, sempre destacando a ideia de progresso, riqueza, desenvolvimento, etc.

Diferentemente de livros de memória, recordações, evocações, etc.; *Vida e morte do bandeirante* foi recebido como uma obra de história. Seguiu um dos principais cânones prescritos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: utilizou fontes documentais (ARAÚJO, 2006). Em vez de lendas e crônicas de linhagistas e jesuítas, estavam à disposição dos intelectuais documentos oficiais paulistas decifrados e publicados. Era com base em tais documentos que se pretendia demonstrar, como em um arrazoado jurídico, a verdade dos fatos, tais como eles efetivamente ocorreram. Aparentemente, há uma obrigação de tratar os fatos históricos com seriedade, praticamente como um texto jurídico e com uma linguagem austera. E isso mesmo para os autores da geração de modernistas paulistas, que “combatiam” os tradicionalismos da literatura nacional, como fica claro no seguinte trecho de crítica feita por Antônio de Alcântara Machado (filho de Alcântara Machado) ao livro de evocações de Paulo Cursino de Moura:

Com certeza bem maior seria o mérito já grande das evocações se o autor não tivesse dado a elas a forma de crônicas ligeiras, em que a história, forçosa e constantemente, tem de ceder lugar à literatura. (...) Desistiu de fazer obra de erudição de que seria capaz para amenizar em tom literário as suas pesquisas conquistando maior número de leitores. Podendo fazer obra de historiador, preferiu fazer de cronista” (MACHADO, *apud* GUSMÃO, 2008: 96).

As “amenidades literárias” de *Vida e morte do bandeirante* não prejudicaram sua recepção como livro de história e como obra original. Pelo contrário, diversos resenhistas ressaltaram a linguagem como uma característica positiva. Além disso, fora anunciado antes mesmo de sua publicação, com outro nome, na *Revista de Antropofagia*, periódico “modernista”, cuja direção era de Antônio de Alcântara Machado. Os anúncios

são curtos e aparecem com a indicação de outros livros, tais como *Compêndio de história da música*, de Mário de Andrade, *Serafim Ponte-Grande*, de Oswald de Andrade e outros. Possuem o mesmo texto: “Alcântara Machado – *o bandeirante na intimidade* (estudo sobre os inventários paulistas do século 17)” (1929:6). Por outro lado, Mário Guastini informa que *Vida e morte do bandeirante* fora escrito para que Alcântara Machado pudesse se candidatar à Academia Brasileira de Letras (1941: 50). Como o autor já havia escrito livros jurídicos anteriormente, pode-se pensar em um investimento específico em relação à linguagem e à forma de narrativa, a fim de tornar o livro algo diferenciado e novo no conjunto de sua produção.

Outro fator também manejado na edição de *Vida e morte do bandeirante* que, certamente, teve influência em sua recepção, notadamente na já mencionada possibilidade de comparações entre um vilarejo pobre e pequeno com uma então metrópole de “ares afrancesados”. Trata-se da utilização de gravuras, retratando locais da antiga cidade. Na primeira edição, essas gravuras foram feitas por Yan de Almeida Prado (João Fernando de Almeida Prado, 1898-1987). Almeida Prado participou da Semana de Arte Moderna de 1922, sendo recorrentemente a ela relacionado, embora a tenha qualificado, posteriormente, de “gozação de fazendeiros endinheirados” (PRADO, 1982). A partir da terceira edição, as ilustrações foram feitas por J. Wash Rodrigues. A associação de tais artistas ao livro não foi fortuita. Em relação a Yan de Almeida Prado, além da origem no mesmo estrato social de Alcântara Machado, era um intelectual que, certamente, tinha relações com António de Alcântara Machado. Já em relação a Rodrigues, deve-se considerar o seu interesse em história colonial, bem como a sua participação na elaboração do brasão da cidade de São Paulo em 1917, que com a arrogante divisa *Non dvcor dvcio* (não sou conduzido, conduzo), bem demonstra sua relação com a mitologia bandeirante.

Há, ainda, outro aspecto importante da relação de Alcântara Machado com a cidade de São Paulo e a sua história. A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco foi fundada em 1827 e instalada no antigo convento dos franciscanos, construção de taipa de pilão (paredes grossas de terra úmida e sem tijolos) do século XVII. Pelo menos, desde 1930, havia um debate sobre a situação precária da edificação, bem como a necessidade de reformas ou até mesmo sua demolição. Os favoráveis à demolição argumentavam que, além de insalubre e com diversos problemas, o prédio já havia passado por sucessivas reformas e perdido as suas características originais. Os contrários a tais proposições apegavam-se à tradição e à história do prédio e do Largo de São Francisco (GROLA,

2011). Todavia, em 1935, já havia ocorrido a maior parte da demolição do antigo prédio (demolição e construção aconteciam em etapas, relacionadas a alas específicas, o que possibilitou a continuidade das aulas durante as obras).

A demolição e a construção ocorreram, enquanto Alcântara Machado era o diretor da Faculdade (1931-1935). Ele ficou conhecido como o idealizador da demolição total do prédio, já que havia a corrente dos que defendiam apenas sua reforma, ou mesmo a construção de um prédio anexo, mantendo-se a “joia colonial” intacta. Do antigo prédio permaneceu apenas o pátio das arcadas, símbolo da faculdade (localizado no mesmo local, embora totalmente reconstruído) e o túmulo de Julius Frank, professor alemão, falecido em 1841, que, por não ser católico, foi enterrado no prédio da faculdade. Embora a inspiração do arquiteto responsável pela obra, Ricardo Severo, tenha sido a arquitetura luso-brasileira do século XVIII (MARTINS e BARBUY, 1999: 190); o novo edifício tinha linhas rebuscadas, com excesso de ornamentação, em nada lembrando, para além do pátio das arcadas, a simplicidade do antigo mosteiro colonial. Foram instalados vitrais, móveis, lustres e decoração luxuosa.

124

A questão da demolição de um prédio histórico de São Paulo, ainda mais fomentada por um historiador (*Vida e morte do bandeirante* já tinha sido publicado) traz algumas questões que não se amoldam somente na constatação da falta de senso de preservação patrimonial nos anos 30. A história da faculdade continuaria bem representada, seja em escritos ou mesmo, visualmente, no novo prédio, além, obviamente, da tradição oral, sempre importante nesse assunto. A construção de um novo prédio, luxuoso e exuberante, deve-se mais à preocupação de dotar materialmente a Faculdade de Direito da importância que a história, normalmente produzida por seus professores e alunos, lhe atribuía. O antigo prédio era simples demais para ser a sede da academia dos republicanos, dos abolicionistas, dos defensores da liberdade. Enfim, do local privilegiado da produção cultural de São Paulo e do próprio país. Como ressaltado por Ana Luiza Martins e Heloisa Barbuy, “acreditou-se que um prédio novo e imponente, com instalações mais adequadas em proporção e qualidade, garantiria a inserção da Faculdade nos novos tempos” (1999: 179). Os novos tempos mencionados deveriam levar em consideração não somente a perda da hegemonia paulista, a partir de 1930, e a perda da Revolução Constitucionalista de 1932 (evento em que grande parte dos integrantes da Faculdade de Direito estiveram envolvidos diretamente). Com a criação da Universidade de São Paulo em 1934, reunindo outras faculdades já existentes e a criação da Faculdade

de Filosofia, Ciências e Letras, a Faculdade de Direito também competiria com outros polos de produção cultural e também política.

Para Alcântara Machado, a simplicidade, a pobreza e a dificuldade da vida material dos paulistanos deveriam ficar no passado, embora orientassem o presente, no sentido de demonstrar que a “glória” atual não era uma dádiva, mas, sim, herança da atuação daqueles nobres bandeirantes paulistas. O presente e o futuro exigiam outro tipo de representação da cidade e do estado. Se, no passado, a casa bandeirista era despojada de qualquer luxo ou ornamentação, colocação estreitamente ligada à “seriedade” do caráter do laborioso paulista antigo, cabe ao presente e ao futuro colher os resultados disso. O velho convento ficaria, assim, mais bem representado em um passado que era, ao mesmo tempo, presente, afetivo, mas que não poderia transbordar as páginas de um livro e estorvar a glória futura.

## Conclusão

As análises possíveis de *Vida e morte do bandeirante* não se encerram na oposição “glorificador dos heróis regionais” versus “detrator da simbologia bandeirante”. Embora esse viés analítico tenha iluminado diversas questões relacionadas à história da historiografia paulista, ele não dá conta de outras tantas, que estão além da medição da contaminação ideológica da obra de um autor. A relação da historiografia com a política não deve ser encarada apenas em termos de falseamento da verdade ou criação de símbolos com finalidades específicas: em muitos casos o próprio político, o Estado, o governo é que possibilitam a existência da experiência historiográfica.

Tão importante quanto tratar de um personagem histórico, que já então representava um símbolo, é analisar como a linguagem e a forma de narrativa influenciam os leitores e “garantem” a importância dos argumentos defendidos pelo autor; e, principalmente, a evocação de um passado em comparação com o presente. No caso de *Vida e morte do bandeirante*, a exploração de um passado afetivo, idealizado pela simplicidade, chamava a atenção do leitor habitante da São Paulo dos anos 20. Normalmente, com seus problemas escamoteados por diversas narrativas, restava a imagem de uma cidade moderna, arrojada, afrancesada, civilizada. Comparada com o passado, vendia-se a ideia de um progresso espantoso, enquanto outras regiões do Brasil, nesse tipo de representação, amargavam na pobreza e na falta de iniciativa. Alcântara

Machado explorou ao máximo esse contraste e, como forma de prender seus leitores, narrava o passado como cenas de uma peça de teatro, de um filme. Apresentava-se como um guia autorizado a explorar ruas antigas, paisagens e casas. Inserido em uma dupla tradição, a da história das bandeiras e dos relatos do passado paulista (às vezes pessoais e bem escritos, “literários”), seu livro foi recebido como uma obra de história, já que foi utilizado como base para documentos oficiais. Mas isso não o impediu de, em certas passagens do livro, idealizar esse passado, de pintá-lo em cores fortes, bem diferente do que atualmente se espera de uma obra de história. Tal passado, porém, deveria ficar em seu devido lugar. Os resquícios materiais de sua existência não poderiam, pelo menos para Alcântara Machado, reduzir a tão propalada modernidade e riqueza paulistana, tal como ficou claro no episódio da demolição do antigo convento colonial que servia de sede à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

## Fontes

126

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa (1929). Resenha original publicada no *Jornal do Commercio* não localizada. Mencionada no anúncio de *Vida e morte do bandeirante* publicado no *O Estado de S. Paulo*, em 9 de outubro.

OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d' (1929). *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunaes.

REVISTA DE ANTROPOFAGIA (1929). São Paulo, ano 1, n. 9, p. 6, jan.

\_\_\_\_\_. São Paulo, ano 1, n. 10, p. 6, fev.

## Referências bibliográficas

ABUD, Katia Maria (1985). *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. Tese (Doutorado em História). Universidades de São Paulo, São Paulo.

AMED, Fernando (2006). *As cartas de Capistrano de Abreu*. Sociabilidade e vida literária na belle époque carioca. São Paulo: Alameda.

ARAUJO, Karina Anhezini (2006). *Um metódico à brasileira: A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, SP.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen (2009). Chuvas de verão. Antagonismos em equilíbrio em *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre. In: BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Um enigma chamado Brasil*. 29 intérpretes e um país São Paulo: Companhia das Letras, pp. 198-211.

BARROS, Maria Paes de (1998). *No tempo de dantes*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra.

BLAJ, Ilana (2000). Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo colonial. *Revista de História*. São Paulo, vol. 142-143, pp. 239-259.

- BOUDIEU, Pierre. F (2011). *Homo Academicus*. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora UFSC.
- BRUNO, Ernani Silva (1966). *Viagem ao país dos paulistas*, Rio de Janeiro: José Olympio.
- CASTRO, Ana Claudia Veiga de (2008). *A São Paulo de Menotti del Picchia*. Arquitetura, arte e cidade nas crônicas de um modernista. São Paulo: Alameda.
- DAVIDOFF, Carlos Henrique (1982). *Bandeirantismo: verso e reverso*. São Paulo: Brasiliense.
- FERNANDES JUNIOR, Rubens, BARBUY, Heloisa & FREHSE, Faya (2012). *Militão Augusto de Azevedo*. São Paulo: Cosacnaify.
- FERREIRA, Antônio Celso (2002). *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870 1940)*. São Paulo: Editora UNESP.
- \_\_\_\_\_. (1999). Vida (e morte) da epopeia paulista. In: FERREIRA, Antônio Celso, DE LUCA, Tânia Regina & IOKOI, Zilda Gricoli (Orgs.). *Encontros com a História: Percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp.
- FERRETTI, Danilo José Zioni (2004). *A construção da paulistanidade*. Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). Tese (Doutorado em História). Universidades de São Paulo, São Paulo.
- GASPAR, Byron (s.d.). Prefácio. In: MARTINS, Antônio Egídio. *São Paulo antigo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura.
- GROLA, Diego Amorim (2011). Da taipa ao concreto: a demolição do Convento de São Francisco e a construção do edifício da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo.
- GUASTINI, Alfredo Mario (1941). *Alcântara Machado*. Sem indicação de editora: São Paulo.
- GUSMÃO, Emery Marques (2008). Antônio de Alcântara Machado: ficção e história. In: FERREIRA, Antônio Celso & MAHL, Marcelo Lapuente (org.) *Letras e identidades*. São Paulo no século XX, capital e interior. São Paulo: Annablume.
- LUCA, Tânia Regina de (1999). *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Editora UNESP.
- MARTINS, Ana Luiza e BARBUY, Heloisa (1999). *Arcadas. Largo de São Francisco*. História da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: Melhoramentos.
- MELLO, Laura de Souza e (2010). Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 6 ed. São Paulo: Editora Contexto.
- MOURA, Paulo Cursino (1954). *São Paulo de outrora*. 3 ed. São Paulo: Livraria Martins Editora.
- PRADO, Fernando de Almeida (1982). Yan abre a série atacando a semana, “uma gozação.” *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 13 fev.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (1992). Ufanismo Paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista USP*. São Paulo, vol. 13, p. 79-87, mar.-abr.-maio.
- SEVCENKO, Nicolau (1992). *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TAUNAY, Afonso d’Scragnole (2004). *São Paulo nos primeiros anos*, São Paulo no Século XVI. São Paulo: Paz e Terra.

*Artigo recebido em 25 de agosto de 2015.*

*Aprovado em 23 de setembro de 2015.*

DOI: 10.12957/intellectus.2015.20983